

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Manuel Salgado Santos, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo Presidente da Assembleia foram anunciados os seguintes *pedidos de suspensão*: Simão Cunha Ribeiro de Freitas, eleito pelos IPF, pelo período de trinta dias, Susana de Fátima Amorim Cortez de Almeida e António Augusto Antunes Novais, eleitos pelo PSD, Raul Manuel Rebelo Cunha, eleitos pelo PS e de Alexandre Leite, eleito pela CDU.-----

Pediu a substituição pelo Secretário, Orlando José Rocha Ferreira, o Presidente da Freguesia de S. Gens, Delfim Silva.-----

-----Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia**, comunicou à Assembleia a existência de três propostas: - um voto de congratulação e louvor, subscrito pelo Grupo do PSD, à atleta Fafense Marta Noval pelos resultados obtidos nas últimas provas em que participou, devendo o mesmo ser transmitido à atleta. Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo ***aprovado, por unanimidade***.-----

- Um voto de congratulação e louvor ao co-piloto Fafense Mário Castro, subscrito pelo Grupo do PSD, pelo título de campeão nacional de ralis alcançado no ano de dois mil e catorze, devendo o mesmo ser transmitido ao

atleta. Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

- Uma proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja, para a possível criação de um gabinete arqueológico no concelho de Fafe.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções**. Tomou a palavra **José Manuel Domingues**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que alertou para a repintura das estradas que até à data não tinha sido feita. Solicitou ainda esclarecimentos sobre o edifício do Arquivo Municipal, nomeadamente, se as obras já tinham sido recebidas e quando estaria a funcionar. Subscreveu, também, a indignação manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a situação do Hospital de Fafe, tecendo vários comentários sobre o assunto.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, que começou por assinalar a falta de sinalização vertical junto de algumas passadeiras na cidade e a má colocação de sinais de trânsito em dois cruzamentos da Via Circular. Prosseguiu, tecendo comentários sobre o início do ano letivo, marcado pelo encerramento de escolas, pelo elevado número de alunos nas turmas e pela falta de pessoal.-----

Referiu, também, a dificuldade de acesso ao Parque da Biblioteca por a estrada ser muito estreita e entender que devia haver um maior policiamento às quartas-feiras.-----

Sobre a Feira Semanal, lamentou a existência de feirantes junto às casas de banho que dificultavam o acesso àquele equipamento. Terminou solicitando esclarecimentos sobre a melhoria do espaço envolvente do monumento à justiça.-----

-----De seguida, tomou a palavra **José Augusto Rodrigues**, eleito pelo PSD, que começou por felicitar a Senhora Vereadora Helena Lemos pelas obras na Barragem de Queimadela, lembrando, apenas, que o acesso à mesma merecia um piso digno. Felicitou, igualmente, o Senhor Vereador do Urbanismo, Eugénio Marinho, pela conferência organizada sobre o Plano Diretor Municipal, tecendo alguns comentários sobre o assunto.-----

-----Seguidamente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** para, na qualidade de Membro da Comissão Concelhia de Educação, referenciar que no ano letivo que iniciou, aproximadamente quinhentas crianças iam beneficiar de lanche, subsídios e transportes gratuitos.-----

----- Posteriormente, foi dada a palavra a **Miguel Summavielle**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que iniciou a sua intervenção assinalando com agrado a iniciativa e a disponibilidade que o novo executivo municipal demonstrou para debater a situação do Plano Diretor Municipal. Afirmou que desde dois mil e cinco, essa era uma das bandeiras que defendiam. Lembrou que, em dois mil e catorze, numa coluna de que era autor no extinto “Correio de Fafe”, tinha manifestado a sua preocupação sobre a necessidade de se discutir o que seria o novo Plano Diretor Municipal de Fafe. Continuou, referindo que em dois mil e onze, na Assembleia Municipal, os Independentes apresentaram uma proposta, chumbada com os votos do PS, PSD e CDS, para que fosse agendada uma sessão de esclarecimento, promovida, organizada e coordenada pelo Município, onde fossem explanados os objetivos, propósitos, critérios e linhas de orientação geral que estavam na base de todo o trabalho de revisão efetuado. Referiu que nessa proposta eram colocadas questões sobre o facto de o executivo anterior ter mandado preparar um Plano Estratégico para o concelho, e em que medida é que as linhas orientadoras do mesmo estavam a ser respeitadas em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, se Fafe ia continuar a ter um Plano Diretor Municipal que fomentava a construção dispersa e desordenada, em vez que optar pela concentração dos aglomerados populacionais, solução que parecia ser a única para a racionalização do investimento em infraestruturas viárias, de abastecimento de água ou drenagem de efluentes domésticos, cuja importância era vital para a futura qualidade de vida do concelho e planeta; se sempre iria haver um espaço previsto para o tão desejado parque da cidade; se iriam existir zonas previstas para a ampliação das zonas industriais existentes, e se novas seriam criadas em locais naturalmente aptos, como por exemplo em Fonte da Poupá, em Regadas; se existiriam instrumentos de prevenção para a descaracterização dos nossos povoados rurais que tinham sido selvaticamente intervencionados; se continuariam a ter a obrigatoriedade de realização de

planos de pormenor e urbanização para o desenvolvimento das áreas de crescimento da cidade, pese embora nunca tenham sido concretizados e, por fim, se sempre se delinearía uma estratégia para o benefício de algumas infraestruturas turísticas do concelho. -----

Referiu que, Infelizmente, debater o Plano Diretor Municipal nunca constituiu uma preocupação do anterior Presidente de Câmara, pessoa que sempre manifestou a sua discordância com qualquer tipo de planeamento territorial, posição que, voltou a reforçar na passada segunda-feira, justificando-se com o excessivo peso burocrático na realização e revisão dos Planos Diretores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, nunca explicando, no entanto, qual seria a sua alternativa para assegurar o indispensável e adequado planeamento territorial, ou como tornaria claras e públicas as regras relativas ao planeamento.-----

Mencionou que a conferência sobre a revisão do PDM serviu apenas para anunciar que estaria concluída até Dezembro de 2014, não havendo, portanto, qualquer margem para discutir o que quer que fosse.-----

Teceu vários comentários políticos sobre este assunto. Prosseguiu, dizendo que para assegurar o cumprimento do prazo, o Município viu-se obrigado a contratar assessoria especializada, tendo o feito, sem recurso ao indispensável concurso público, e pagando cinquenta e oito mil euros, que somado a todos os custos de pessoal, equipamento, cartografia, assessoria, etc, que o Município já suportou, rondaria o milhão de euros. -----

Afirmou que, na sua opinião, a conferência, aparte da intervenção da Senhora Professora Doutora Eng^a Júlia Lourenço, serviu, honra lhe fosse feita, para que os presentes percebessem que era mesmo preciso debater o Plano Diretor Municipal, saber qual o caminho que se queria traçar, as opções sobre as quais se devia refletir e decidir. Acrescentou que o atraso se traduzia em prejuízo efetivo para todos os Fafenses, já que o Plano Diretor Municipal em vigor se encontrava manifestamente desatualizado, condicionando o desenvolvimento industrial do concelho, sufocando determinadas freguesias e minando, dessa forma, o seu natural progresso.-----

Afirmou que cabia ao atual executivo fazer uma avaliação do documento que encontrou a ser trabalhado e decidir sobre a sua qualidade e adequação ao projeto de desenvolvimento que os Fafenses reclamavam e necessitavam.

Referiu que era seu entendimento que só será aceitável colocar o documento a discussão pública, se, declaradamente, refletisse o projeto de desenvolvimento que Fafe necessitava, responder aos anseios da população e apontar para o desenvolvimento do Concelho, caso contrário mais valia assumir o erro e recomeçar, dando a palavra à população, preparando um Plano Diretor Municipal que levasse Fafe a uma década de desenvolvimento.-----

Terminou, solicitando esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atribuição de dois lugares de estacionamento ao Pároco de Fafe na Rua Dr. Maximino de Matos; sobre a justificação para, durante a execução das obras de alteração à Praça 25 de Abril, na zona frontal à Caixa Geral de Depósitos, não ter sido limpo o monumento aos Combatentes mortos na Primeira Grande Guerra; sobre o princípio de gestão urbanística que estava subjacente à construção de esplanadas ocupando lugares de estacionamento e espaços ajardinados e, por fim, qual a explicação para ter sido permitida a colocação de um pré-fabricado para servir de apoio ao bar da Praça, deixando, ainda a sugestão de colocação de um espelho no cruzamento da Rua Alexandre Herculano com a Rua dos Aliados.-----

-----De seguida, solicitou a palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pelo PSD para tecer vários comentários políticos sobre a intervenção de Miguel Summavielle.-----

-----Posteriormente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** para se dirigir aos Senhores Presidentes de Junta presentes, falando das diferentes taxas aplicadas pelos mesmos nos serviços prestados, solicitando a colaboração dos serviços jurídicos para que todas as Juntas cobrassem as mesmas taxas.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Joaquim Magalhães**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que iniciou a sua intervenção tecendo vários comentários políticos sobre a construção do novo Quartel da GNR, do novo Hospital, do novo Parque Municipal de Desportos e da nova Escola Secundária, obras essas, todas inseridas nas promessas do “melhor mandato de sempre”. Referindo-se ao Festival da Vitela Assada, teceu vários comentários, questionando a existência ou não da Confraria da Vitela, apadrinhada pela Naturfafe e pelos Senhores Vereadores Pompeu Martins e Vítor Moreira. Terminou, alertando para o facto de na Rua de S. José existirem

vários sinais de trânsito e lembrou ao Senhor Presidente da Câmara que ainda estava à espera da resposta sobre as obras em Fornelos, em terrenos do IEP que ficou de lhe prestar por escrito.-----

-----Posteriormente usou da palavra **Armindo Manuel Fernandes Tavares**, eleito pelo PS, para mencionar que o Festival de Gastronomia que se ia realizar ia divulgar o prato mais conhecido de Fafe. Prestou esclarecimento sobre a fundação da Confraria da Vitela.-----

-----Atendendo ao corte geral de energia elétrica ocorrido às vinte e três horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente da Mesa** declarou a suspensão da sessão, comunicando que a mesma continuaria no dia vinte e nove de Setembro, pelas vinte e uma horas.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----